


FEVEREIRO 2024

69ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

REVISTA

Foto: Agência EFE



Editorial: Golpismo só pode ser combatido dentro da lei

Governo deturpa gráfico
para se apropriar de
queda nos homicídios

Bob Marley e vinho de R\$
15 mil: o casamento que
reuniu a corte de Brasília

Índice

Editorial: Golpismo só pode ser combatido dentro da lei 03

Deltan Dallagnol: Uma polícia secreta para Moraes chamar de sua 15

Rodrigo Constantino: El Salvador vira a inveja dos latinos 22

Fúria dos agricultores: Europa paga o preço de impor “culturalismo ambientalista” 30

Estatais voltam ao vermelho no primeiro ano de Lula e têm pior déficit desde 2017 49

Governo deturpa gráfico para se apropriar de queda nos homicídios 53

Bob Marley e vinho de R\$ 15 mil: o casamento que reuniu a corte de Brasília 62



USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)



Inquérito diz que ex-presidente chegou a participar de tratativas para decretar intervenção após a eleição, mas não assinou. | Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

EDITORIAL

Golpismo só pode ser combatido dentro da lei

O Brasil assistiu com perplexidade, nesta quinta-feira, à Operação Tempus Veritatis, desencadeada pela Polícia Federal por decisão

do ministro do STF Alexandre de Moraes, e que tinha como alvos o ex-presidente Jair Bolsonaro e diversos de seus aliados, incluindo ex-ministros, seu candidato a vice em 2022 e ex-assessores presidenciais. Dezenas de mandados de busca e apreensão foram executados, com quatro prisões preventivas decretadas até o momento. Bolsonaro teve de entregar seu passaporte, o que aconteceu no início da tarde, e se comprometer a não entrar em contato com os demais investigados.

A deflagração da operação policial se deu dentro do inquérito aberto no STF para investigar as chamadas “milícias digitais”, um dos vários inquéritos bastante controversos em andamento no Supremo e que já receberam inúmeras críticas por ignorar formalidades importantes do processo penal. Não passou despercebido, aliás, o fato de ter sido Moraes o

responsável pelos mandados, ainda que os fatos narrados na decisão o colocassem no possível papel de vítima. De qualquer forma, a serem verdadeiras as informações ali elencadas, será forçoso reconhecer a existência de uma trama, envolvendo altos escalões do poder federal e das Forças Armadas, para que o resultado das eleições presidenciais de 2022 fosse anulado e Bolsonaro pudesse permanecer no poder – ou seja, pretendia-se uma ruptura institucional que, felizmente, jamais foi concretizada.

A decisão, de pouco mais de 130 páginas e com data de 26 de janeiro, traz transcrições de conversas entre vários dos investigados referentes à organização de atos populares de repúdio à vitória eleitoral de Lula em 15 de novembro de 2022, mas especialmente preocupante é a descrição feita pela Polícia Federal do que teria acontecido em torno da

chamada “minuta do golpe”: uma proposta de decreto presidencial redigida, segundo a PF, pelo então assessor Filipe Martins e pelo advogado Amauri Saad, que previa a anulação das eleições de outubro, com realização de novo pleito, e a prisão de autoridades, incluindo dois ministros do STF – Moraes e Gilmar Mendes – e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).



O Código Penal só trata dos crimes consumados ou tentados, o que obviamente não é o caso do golpe que teria sido tramado contra o resultado eleitoral de 2022

Ainda de acordo com a PF, com base em diálogos travados entre os investigados,

Bolsonaro teria tomado conhecimento da minuta, sugerido alterações (excluindo os nomes de Gilmar e Pacheco), e ainda teria pressionado os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica a dar seu apoio a uma tentativa de manutenção no poder. Quanto a essa última afirmação, no entanto, não há na decisão nenhum outro elemento que a comprove, como reprodução de diálogos ou depoimentos. Mas há outras ações mencionadas na decisão com elementos que as embasam e permitem concluir que havia preparações em andamento para um eventual golpe, como o monitoramento dos deslocamentos de Alexandre de Moraes e a pressão, por parte dos militares interessados em uma ruptura institucional, sobre outros colegas para que também aderissem ao movimento.

A verdade é que a decisão final cabia ao então presidente da República, que jamais chegou a assinar o decreto – seja porque Bolsonaro percebeu a tempo o desastre que um golpe de Estado no Brasil representaria, seja por ter sentido que não teria o apoio necessário por parte das Forças Armadas – e Lula tomou posse na Presidência da República. Uma ausência notável da decisão é a dos atos de 8 de janeiro de 2023 na Praça dos Três Poderes, que mereceram uma única menção: segundo a PF, “a expectativa dos investigados em obter êxito na referida empreitada criminosa permaneceu durante o mês de dezembro [de 2022], adentrando, inclusive, em janeiro de 2023, já durante o mandato do atual presidente da República, principalmente quando se desencadearam os atos golpistas do dia 8 de janeiro de 2023”.

E, se a minuta jamais se tornou um decreto, ou seja, o golpe jamais aconteceu, é preciso fazer um questionamento de suma importância. O Código Penal só trata dos crimes consumados ou tentados, o que obviamente não é o caso do golpe que teria sido tramado contra o resultado eleitoral de 2022. A tradição do Direito Penal brasileiro jamais puniu os crimes meramente cogitados, restando o caso dos chamados “atos preparatórios”. Nem aqui, no entanto, podemos afirmar que haja uma zona cinzenta. A jurisprudência tem considerado não passíveis de responsabilização crimes para os quais até houve preparação, mas que não chegaram a ser tentados. Mesmo os atos preparatórios só podem ser punidos se constituírem crimes em si mesmos – em um caso emblemático de 2021, o STJ manteve a absolvição de duas pessoas acusadas pelo crime de roubo: elas chegaram a

quebrar o cadeado e o portão da casa que pretendiam roubar, mas avistaram policiais e fugiram antes de entrar no imóvel.

Portanto, quando Moraes afirma que “está comprovada a materialidade dos tipos penais de tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito (art. 359-1 do Código Penal) e de tentativa de golpe de Estado (art. 359-M) do Código Penal”, está novamente subvertendo as normas legais, já que não houve golpe, nem mesmo tentativa – e os motivos para que isso não tenha ocorrido são irrelevantes do ponto de vista penal. Teria havido, sim, a preparação, mas redigir minutas não é crime. Na mais extrema das hipóteses, seria admissível no máximo uma denúncia por associação criminosa, por possível incitação ao crime por parte daqueles que buscaram angariar apoio de outros militares para seus planos, ou

por constrangimento, no caso das tentativas de pressionar generais a aderir ao possível golpe.

A Gazeta do Povo tem condenado e continuará condenando os abusos cometidos pelo Supremo Tribunal Federal na repressão aos atos de 8 de janeiro, especialmente a manutenção desnecessária de prisões preventivas, a violação das garantias constitucionais de ampla defesa dos réus, as denúncias genéricas e as condenações sem provas, ignorando a necessidade da individualização de conduta. No entanto, isso não nos impede de reconhecer, como também já fizemos várias vezes, que muitos dos participantes dos acampamentos montados diante dos quartéis tinham um animus golpista, já que seu objetivo era o de pedir uma “intervenção militar” que alterasse o curso dos acontecimentos, ainda que o fato de muitos brasileiros apoiarem tal ação guiados

por uma interpretação equivocada do artigo 142 da Constituição pudesse e devesse servir de atenuante em uma eventual persecução criminal ou mesmo descaracterizar a existência de crime contra o Estado de Direito. A descrição feita pela Polícia Federal e que levou à Operação Tempus Veritatis mostra que esse animus existia não só entre brasileiros comuns, desgostosos com a vitória de Lula, mas também no centro do poder federal.

O fato de termos hoje de volta ao poder os protagonistas de um outro tipo de golpe contra a democracia, tramado e executado por meio da corrupção, não nos autoriza a ser lenientes com quem trabalhou por um golpe “clássico”, na ponta da baioneta.

Quem defendeu ou planejou uma ruptura estando plenamente ciente do que defendia ou planejava tem de ser devidamente investigado e

punido pelos crimes que porventura tenham sido efetivamente cometidos, mas não pelos meramente cogitados ou planejados. A dúvida que fica, depois do que tem ocorrido com os réus do 8 de janeiro, é se teremos uma investigação realmente criteriosa, capaz de apurar responsabilidades objetivas, ou se estaremos diante de mais um caso de perseguição política e lawfare, usando fatos reais para condenar pessoas por crimes diversos daqueles que tenham sido realmente cometidos ou para punir quem não é golpista, mas está do lado “errado” do jogo de poder.



[Voltar ao índice](#)



Alexandre Moraes durante sessão plenária do TSE nesta semana. Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

OPINIÃO

Deltan Dallagnol

Uma polícia secreta para Moraes chamar de sua

Durante a retomada das atividades do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro Alexandre de Moraes anunciou que está no forno, em

nome da democracia inabalada, uma inovação para as eleições municipais deste ano: um grupo de trabalho formado pelo TSE, pela Polícia Federal e pelo Ministério da Justiça, com o objetivo de “monitorar” pessoas que “atentam contra a democracia”. Moraes explicou que sua ideia é rastrear quem espalha “discurso de ódio”, mas o ministro não explicou que definição de “discurso de ódio” ele estava utilizando.

O discurso de Moraes arrepiou os cabelos e trouxe preocupação para qualquer um preocupado de verdade com a democracia e com a liberdade, justamente porque o grupo de trabalho anunciado por ele se parece muito com o tipo de polícia secreta empregada por ditaduras ao redor do mundo. A ideia de Moraes parece algo vindo direto das páginas da história, como a polícia secreta de Hitler, a SS alemã, ou

aquela empregada por Stálin durante a União Soviética, cuja frase de seu chefe, Laurenti Beria, foi imortalizada: “Mostre-me o homem e eu lhe mostrarei o crime”.

Nem Moraes nem o TSE deram mais detalhes desse plano mirabolante do ministro para as eleições de 2024, portanto, posso apenas analisar o discurso de Moraes, mas o que foi apresentado até agora é extremamente problemático do ponto de vista jurídico e constitucional. Em primeiro lugar, a iniciativa causa bastante estranheza, porque o TSE não tem jurisdição para “monitorar pessoas”, objetivo declarado de Moraes. Jurisdição é um conceito do direito que conceitua poder: é o que define quem pode fazer o quê. A Constituição Federal regulamenta a atuação do TSE nos artigos 118 e seguintes, sendo que o art. 121 diz que lei complementar disporá sobre a

organização e competência dos tribunais e juízes eleitorais. Não há uma única lei complementar no Brasil, discutida e aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República, que dê a Moraes e ao TSE o poder de “monitorar pessoas”. O TSE simplesmente não tem esse poder, e até que essa lei complementar exista, qualquer iniciativa nesse sentido estará totalmente contaminada pelo vício da ilegalidade. O TSE é um órgão essencialmente administrativo, que tem como função, dentro do Poder Judiciário, organizar e administrar as eleições. O TSE não tem o poder de criar uma polícia de caráter repressivo.

Um segundo problema é que Moraes disse que o grupo vai monitorar “pessoas que atentam contra a democracia”, mas esse objetivo também é ilegal. O sistema penal e processual

vigente no Brasil é o acusatório, em que predomina o princípio do devido processo legal e a separação entre as funções de investigar, processar e julgar/punir. O Estado não pode, portanto, investigar pessoas, mas sim fatos. Investigar pessoas é uma das principais características de um antigo sistema inquisitório, cujo melhor exemplo é o das perseguições ocorridas durante a Idade Média pela Santa Inquisição. Nesse sistema, não se investigam fatos, mas pessoas – parte-se da pessoa que se quer condenar para depois encontrar um fato ou prova que a incrimine, ou inventá-los, se não puderem ser produzidos.

A iniciativa de Moraes, além de ser muito parecida com a das polícias secretas que abundavam e ainda abundam nas ditaduras ao redor do mundo, assemelha-se muito com um tipo de “political profiling”, isto é, uma

tentativa de filtrar e perseguir pessoas em razão de suas preferências políticas pessoais. Na prática, o que vai acontecer é uma investida contra pessoas que Moraes e seus colegas classificam de extrema-direita, que hoje no Brasil significa apoiar o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Pelo menos 50% do Brasil o apoia, se tomarmos em conta apenas a sua votação nas últimas eleições. Significa, também, perseguir qualquer pessoa que tenha dúvidas e questionamentos a respeito das urnas eletrônicas, o que hoje representa cerca de 30% da sociedade. Há também os que não querem se vacinar e nem vacinar seus filhos com uma vacina contra a Covid-19, que não é obrigatória para crianças na maior parte do mundo desenvolvido, ou também aqueles que acham que o 8 de janeiro não foi um golpe de Estado - a maioria dos

brasileiros, aliás. Haverá recursos para Moraes monitorar tanta gente assim?

Um terceiro problema é que enquanto Moraes coa um mosquito procurando quem atenta contra a democracia, ele engole um camelo ao fechar os olhos para a corrupção comprovada do PT e, segundo três condenações aliviadas pelo STF, também do presidente Lula, com quem ele se encontra para animados jantares e almoços, segundo a imprensa.

Mais uma vez, Moraes expõe a incoerência e a hipocrisia do Supremo, que é tigrão com os pobres, fracos e pequenos, como vemos nos julgamentos dos réus do 8 de janeiro, mas tchutchuca com os políticos corruptos poderosos e outros réus de colarinho branco. Com um Toffoli cada vez mais desgovernado em sua sanha de tratorar a Lava Jato e um Alexandre de Moraes cada vez mais obstinado

em acumular poder além de suas funções judiciais, não é surpresa que o próximo passo seja a criação de uma polícia secreta só do TSE. A pergunta mais importante é: depois que Moraes tiver uma polícia secreta para chamar de sua, qual será a próxima invenção do ministro? Aonde isso vai parar?



Autor: Deltan Dallagnol é mestre em Direito pela Harvard Law School e foi o deputado federal mais votado do Paraná em 2022. Trabalhou como procurador por 18 anos, atuando em várias operações no combate a crimes como corrupção e lavagem de dinheiro. Foi coordenador da operação Lava Jato em Curitiba. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



O presidente reeleito de El Salvador, Nayib Bukele, em ato de campanha | Foto: EFE

OPINIÃO

Rodrigo Constantino

El Salvador vira a inveja dos latinos

Minha banda preferida quando moleque era White Lion. Seu primeiro álbum foi Fight to

Survive, de 1985, e lá tem uma música chamada El Salvador, que conta a história da guerra civil no país, com crianças lutando. Lembro disso para mostrar que o pequeno país já foi palco para muito caos e desesperança.

O contexto era a Guerra Fria, e governos democratas e republicanos dos Estados Unidos apoiaram o governo de El Salvador contra comunistas financiados por Moscou, organizados em torno da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional.

Durante a guerra civil, forças rebeldes capturaram grandes extensões dos departamentos de Morazán e Chalatenango.

O fim do conflito, mediante a assinatura dos Acordos de Paz de Chapultepec, em janeiro de 1992, permitiu a entrada oficial da FMLN no cenário político-eleitoral de El Salvador.

Noam Chomsky escreveu livro sobre o assunto, assim como o cineasta Oliver Stone fez um filme, ambos pela ótica comunista.

Essa breve digressão é para mostrar que El Salvador também já foi vítima do esquerdismo radical, e quase sucumbiu.

Mas agora o país tem um presidente jovem, com disposição para combater os criminosos e os seus simpatizantes da extrema esquerda.

Uma estátua do comunista assassino Che Guevara foi derrubada, o que causou polêmica e reação dos comunistas, que acusaram o governo de "fascista".

Essa breve digressão é para mostrar que El Salvador também já foi vítima do esquerdismo radical, e quase sucumbiu. Mas agora o país tem um presidente jovem, com disposição para combater os criminosos e os seus simpatizantes

da extrema esquerda. Uma estátua do comunista assassino Che Guevara foi derrubada, o que causou polêmica e reação dos comunistas, que acusaram o governo de "fascista".



Quando as elites alegam que democracia é o que se passa na Venezuela ou no Brasil, o povo honesto busca uma alternativa

Bukele não quer saber de fazer concessões aos radicais da esquerda. Desde a chegada ao poder, em 2019, seu governo já prendeu cerca de 76 mil pessoas com a decretação de um estado de exceção no país, adotou uma moeda digital, defendeu seu “direito divino” no Congresso, destituiu membros da Suprema Corte e decidiu

reduzir em mais de 80% o número de cidades salvadorenhas.

As estatísticas oficiais apontam que os índices de violência em El Salvador passaram de 38 mortes a cada 100 mil habitantes, em 2019, para 1,7 mortes em 2023. Um feito e tanto para o pequeno território da América Central, que estava entre os dez países mais violentos do mundo, segundo um relatório elaborado pela ONU.

O povo parece feliz. Bukele é extremamente popular, e pelas urnas apuradas até agora, deve ser reeleito com mais de 80% dos votos. O sucesso eleitoral do atual chefe de Estado da pequena nação centro-americana é resultado de suas rígidas ações contra o tráfico de drogas e as gangues criminosas que controlavam as diferentes regiões do país. Em discurso, Bukele alfinetou outros líderes latino-americanos

afirmando que sócios do crime organizado não têm vontade política para combater o crime, como ele fez. Recado para Lula, Maduro, Obrador e companhia?

Em *The Civic Bargain*, Brook Manville e Josiah Ober argumentam em favor da democracia do autogoverno, contra um modelo de "chefe autoritário", mais comum historicamente.

Para os autores, algumas condições são necessárias para a democracia sobreviver.

Quando esses pilares estão ausentes, quando um partido toma o poder e não há mais alternância, quando o Judiciário é dominado por uma facção, quando falta transparência no Poder Executivo, quando o governo falha em sua missão básica de garantir a ordem e algum bem-estar social mínimo para o povo, então a demanda por um "chefe" passa a crescer muito. Eles dizem:

Para que a democracia funcione, todos devem aceitar receber menos do que desejam.

Todos devem subordinar alguns dos seus interesses pessoais ou de subgrupos ao bem do todo. [...] Em termos éticos, para que a democracia funcione, os cidadãos devem cultivar a virtude da moderação cívica.

Aceitando essa premissa, está claro que não há democracia na América Latina faz tempo. A esquerda radical, verdadeiro câncer da política, trata seus adversários como inimigos mortais, busca monopolizar o Poder Judiciário e o Legislativo, persegue opositores, defende leis brandas para criminosos e espalha o caos da desordem por onde passa.

O efeito natural disso é a demanda popular por um "chefe", ainda que autoritário, para colocar ordem na bagunça, enfrentar os marginais e

seus simpatizantes togados, combater com firmeza o comunismo nefasto.

É compreensível: quando as elites alegam que democracia é o que se passa na Venezuela ou no Brasil, o povo honesto busca uma alternativa.

E quase qualquer coisa é melhor, convenhamos.



Autor: Economista pela PUC com MBA de Finanças pelo IBMEC, trabalhou por vários anos no mercado financeiro. É autor de vários livros, entre eles o best-seller “Esquerda Caviar” e a coletânea “Contra a maré vermelha”. Contribuiu para veículos como Veja.com, jornal O Globo e Gazeta do Povo. Preside o Conselho Deliberativo do Instituto Liberal.
**Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Produtores franceses bloqueiam rodovia próximo da fronteira com a Espanha: revolta contra o Green Deal | Foto: Guillaume Horcajuelo / Agência EFE

Economia e meio ambiente

Fúria dos agricultores: Europa paga o preço de impor “culturalismo ambientalista”

Por Marcos Tosi

Se você é agricultor na União Europeia, pelo menos 20% do seu tempo é dedicado a manter

em dia a papelada, lançamentos contábeis e administrativos que demonstrem que está cumprindo todas as regras, prazos e obrigações estabelecidos pelo pacto Green Deal.

Desde 2019, o Green Deal, ou Acordo Verde Europeu, funciona como bússola de um novo modelo de desenvolvimento, marcado por rígidos controles de indicadores ambientais e cujas premissas têm pautado também as condições de comércio com outros países.

Exemplo disso é a taxa de ajuste carbono na fronteira (CBAM, na sigla em inglês), que será aplicada em produtos de outras regiões do mundo que não atendam às metas de redução de emissão de carbono impostas na Europa.

Mas o Green Deal se tornou uma panela de pressão prestes a explodir. Nas últimas semanas, os agricultores europeus se colocaram em pé de guerra contra os altos custos de

insumos, combustíveis e energia, num contexto de perda de renda e regras ambientais inflexíveis de Bruxelas.

Dentre os motivos que resultaram em tratores bloqueando as rodovias de acesso às grandes cidades estão regulamentos que mandam reduzir o uso de pesticidas e fertilizantes, que exigem 25% de cultivo de orgânicos e que determinam converter 4% das terras para preservação – no Brasil, em comparação, os produtores têm que manter intactos de 20% a 80% de suas propriedades.

As premissas do Green Deal formam uma espécie de “culturalismo ambientalista” que se tornou hegemônico na Europa nos últimos dez anos, segundo definição de Daniel Vargas, coordenador do Observatório de Bioeconomia da FGV. Esse modelo de desenvolvimento

estaria agora em crise e com sinais de que poderá desmoronar.

Ursula von der Leyen convoca "diálogo estratégico"

Pressionada por milhares de agricultores que bloquearam ruas da Alemanha, Grécia, Holanda, Polônia e França, dentre outros países, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, lançou um “diálogo estratégico”.

A ideia é reunir grupos agrícolas e decisores do bloco econômico para entender o que deu errado e o que precisa mudar na agenda verde. O belga Thierry de L’Escaille, presidente da Associação Europeia dos Produtores Rurais (ELO), é um dos líderes convocados para essa negociação.

“O que está acontecendo é uma revolução contra o excesso de regras. Os produtores estão se sentindo esmagados por tantos regulamentos e concluíram que é impossível fazer tudo o que Bruxelas exige”, disse L’Escaille em entrevista à Gazeta do Povo.

Para ele, o erro da União Europeia foi não entender que a produção de alimentos é tão urgente quanto as questões climática e ambiental.

Impacto da guerra foi ignorado pelo Green Deal

A implementação do Green Deal nos últimos dois anos coincidiu com a deflagração da guerra da Ucrânia. Mas os efeitos do conflito teriam sido ignorados pela agenda verde. Boa parte dos grãos que a Ucrânia enviava para a Ásia e a África inundou os mercados europeus, livre de tarifas, e achatou os preços pagos aos

produtores. Ao mesmo tempo, houve disparada na planilha de custos de fertilizantes, insumos, diesel e energia.

“Eles negaram que havia uma crise. Disseram que não levariam em consideração o contexto da guerra. Pensaram que não havia tempo para esperar pela crise climática, que era muito dramática, assim como a crise de biodiversidade. Esqueceram que a produção de alimentos é fundamental, que o produtor precisa trabalhar, administrar essas exigências e sobreviver na atividade”, sublinha L’Escaille.

Os agricultores europeus ficaram furiosos com a obrigação de não deixarem de plantar culturas de cobertura (para proteger o solo) entre um cultivo e outro, sob qualquer hipótese.

“No ano passado foi impossível, não conseguíamos acessar as propriedades por

várias semanas, estava muito úmido e tinha neve. Mas se você não tivesse conseguido tirar as batatas do solo, se não tivesse feito cultivo de cobertura verde, eles tinham o direito de te multar, de penalizá-lo por isso. É como a pessoa que compra ingresso para esquiar. Ora, se não tem neve, ela não pode ser responsabilizada”, destaca o produtor.

Ao redor das áreas de proteção ambiental europeias, as exigências estariam a ponto de inviabilizar a atividade agrícola. “Se você está próximo de uma dessas zonas especiais de conservação, o banco não pode te dar empréstimo.

O banco é multado se emprestar. Se você é produtor e está localizado na área errada, tem que sair do negócio. Em alguns países diziam que poderíamos produzir nessas áreas até nos aposentarmos, mas agora alguns já estão

dizendo que essas áreas são muito sensíveis e que teremos de encerrar as operações em dois ou três anos. Isso também está deixando os produtores furiosos”, relata Thierry.

Culturalismo ambientalista quer ditar regras em detalhes

Na avaliação de Daniel Vargas, da FGV, os gestores das políticas econômicas e agrícolas da União Europeia estão numa encruzilhada, em que o próprio modelo de desenvolvimento adotado, o “culturalismo ambientalista”, sofre um xeque-mate e pode ruir. Mas o que é esse culturalismo ambientalista?

A diferença desse modelo de desenvolvimento em relação à social-democracia, que o antecedeu, estaria na visão de que “não basta regular o mercado à distância ou redistribuir por meio de uma tributação marginal para

resolver os problemas da sociedade”. “É preciso penetrar o coração do mercado e modificar seu DNA por dentro”, diz Vargas.

Isso inclui modificar as relações econômicas para torná-las mais inclusivas, abrigando minorias e bandeiras identitárias, e também colocar o valor ambiental acima de tudo.

Nesse modelo, o Estado exerce cada vez maior controle dos espaços econômicos, determinando em detalhes como a pessoa contrata, como investe, como vende, como paga imposto, tudo sob a justificativa da urgência da sustentabilidade.

Nos últimos dez anos, essas ideias chegaram ao poder e viraram leis, orçamentos e políticas públicas.

Assim, a atividade agrícola passou a ser vista como antagônica ao meio ambiente, uma leitura

negativa que dominou os círculos intelectuais influentes.

“Ao longo das últimas décadas foi-se construindo na Europa uma visão demonizadora do produtor rural. O fazendeiro não é mais aquele que provê a vida, o alimento que estrutura a base da sociedade para ter a energia da comida para investir em outros projetos mais sofisticados. Ele passa a ser visto como câncer social. Toda vez que toca o chão, está comprometendo o equilíbrio do planeta. Toda vez que age, está ameaçando valores universais de que os europeus se veem como portadores”, sublinha Vargas.

Protestos na Europa terão efeito colateral no Brasil

Esse modelo teria avançado sem muitos obstáculos enquanto as discussões se limitaram

aos gabinetes, às estruturas burocráticas e círculos intelectuais. Na medida em que chegou ao campo, criou uma tensão que agora explode na forma de tratores fechando rodovias e cercando as cidades.

“Estamos assistindo a um teste de fogo, que coloca à prova, diante do cidadão comum, a autoridade desse projeto de culturalismo ambiental. O que as ruas nos revelam é que, no mínimo, esse projeto passa por uma hemorragia profunda”, enfatiza Vargas.

Para a diretora de Relações Internacionais da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Sueme Mori, houve um desequilíbrio no tripé do antigo conceito de responsabilidade social – com o aspecto ambiental se tornando standard máximo, em detrimento das implicações sociais e econômicas.

"Essa legislação europeia é absolutamente punitiva. Não tem nenhum instrumento que prevê cooperação ou premiação por boas práticas, é só punitiva. Se não fizer é multa, se não fizer o ônus da prova é seu. O mercado tem sua lógica de operar. O excesso de regulação gera um protecionismo e um prejuízo interno, com aumento dos preços dos alimentos, e essa pressão toda sobre os agricultores, por uma questão de renda", diz.

A guerra da Ucrânia abalou as trocas comerciais na Europa e tornou a questão ainda mais complexa. "Mas a questão ambiental tem um peso muito grande, de fato", afirma Mori.

Acordo dos países europeus com o Mercosul entra em banho-maria

Como essas tensões na Europa podem afetar o Brasil? Um efeito colateral direto, já encampado

pelo presidente francês Emmanuel Macron, é jogar água fria nas pretensões de fechar o acordo comercial com o Mercosul.

Para Thierry de L'Escaille, é o excesso de regulações, e não a perspectiva do acordo, que mais irrita os agricultores europeus. Mas ele admite que as atuais circunstâncias podem frear avanços: “É um momento difícil, uma questão emocional e psicológica. Nesse contexto, é muito fácil para os governos dizer que vão proteger os produtores e que são contra o Mercosul”.

Os pecuaristas franceses e irlandeses, em particular, estariam “apavorados”, segundo Thierry, com a perspectiva de abrir as importações de carne do Mercosul.

“Eles temem que serão esmagados, que serão expulsos do mercado. Não acredito que isso seja

verdade, mas entendo que suas associações de pecuaristas deveriam realmente discutir e negociar com seus colegas, explicando as coisas e tentando encontrar uma solução. Se não, essa história vai durar outros vinte anos. É nonsense o que vemos, mas são os argumentos que se opõem ao Mercosul, vocês precisam enfrentar e discutir isso”, aconselha.

"Agressividade dos verdes" dificulta acordo com o Mercosul

Outro ponto sensível está no discurso de proteger a produção de alimentos da concorrência da agricultura voltada à produção de energia. “Esta questão dos biocombustíveis também está cercada por um tanto de nonsense. Ela é utilizada como um argumento contra o Mercosul, que vem da agressividade dos verdes”, destaca.

No meio do ano haverá eleições para o Parlamento Europeu. Um relatório do Conselho Europeu de Relações Exteriores aponta para uma forte guinada à direita, podendo, pela primeira vez, se constituir uma maioria de democratas cristãos, conservadores e eurodeputados de direita.

“Esta ‘virada acentuada à direita’ terá provavelmente consequências significativas para as políticas do bloco, afetando decisões nas relações exteriores, em particular nos temas ambientais, em que uma nova maioria poderá se opor às atuais metas climáticas europeias ambiciosas”, diz o documento.

Tudo converge para eleições do Parlamento Europeu, em junho

Os temas dos acordos comerciais, de renda, de subsídios e protecionismo interno vão pautar os debates nos próximos meses na Europa.

"É uma campanha eleitoral. O momento desses protestos dos agricultores está muito relacionado às eleições de junho", argumenta Sueme Mori, da CNA.

Ela defende que o setor agropecuário brasileiro, o governo e quem faz as políticas públicas para o campo permaneçam atentos.

"Temos que entender esses movimentos para ver o que deve ser replicado e aquilo de que devemos nos afastar. Queremos um ambiente em que a produção agropecuária seja viável", pondera.

Para o Brasil, haveria dois caminhos adiante. Vargas, da FGV, alerta para o risco de “os derrotados de lá [Europa] se abrigarem aqui”.

"Na história dos movimentos políticos e das ideias, muitas vezes acontece desse modo. Você perde a hegemonia na sua terra e vai buscar um abrigo ou uma cidadania em outro território. Se formos por aí, o Brasil passa a ser uma última esperança dos derrotados europeus", diz.

"No mundo em desenvolvimento, a força de instituições e ideias que muitas vezes nascem nos países desenvolvidos é muito mais impactante do que lá. É só contrastar a força de algumas ONGs criadas nesses países desenvolvidos e comparar os recursos investidos, a influência política e o papel que desempenham nos países em desenvolvimento", assinala.

Mercado não pode ser "reino da desconfiança"

O outro caminho seria o Brasil criar um projeto tropical de desenvolvimento, que reconheça e valorize atributos ambientais próprios e únicos.

E evitar aderir a uma visão do mercado como um “reino da desconfiança, em que todos os produtores são criminosos em potencial, até que provem o contrário”, sublinha Vargas.

Exemplo doméstico da dificuldade de superar essa visão da “desconfiança como regra” está na demora em regulamentar a Lei do Autocontrole, aprovada em 2022, no fim do governo de Jair Bolsonaro (PL).

A lei prevê que as agroindústrias controlem e monitorem a qualidade de seus produtos de origem animal e vegetal, sem depender da

presença de um fiscal do governo em cada linha de produção.

O poder de polícia do Estado é mantido, voltado à verificação das conformidades dos processos, registros e controles, com apoio de laboratórios, algoritmos e até Inteligência Artificial.

A lei, porém, até agora não foi regulamentada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).



[Voltar ao índice](#)



Estatais federais voltaram ao vermelho no primeiro ano do terceiro mandato de Lula | Foto: Sebastião Moreira/EFE

Contas públicas

Estatais voltam ao vermelho no primeiro ano de Lula e têm pior déficit desde 2017

Por Rose Amantéa

As estatais federais voltaram ao vermelho com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT),

registrando um déficit primário de R\$ 656 milhões em 2023. O valor, divulgado nesta quarta-feira pelo Banco Central (BC), representa o pior resultado das empresas da União desde 2017.

Em 2022, o mesmo conjunto de estatais registrou superávit de quase R\$ 4,8 bilhões. A contabilidade do BC não inclui empresas dos grupos Petrobras e Eletrobras.

Segundo o BC, entre 2018 e 2022 as estatais federais foram quase sempre superavitárias. No período, o único déficit primário foi registrado em 2020, ano da pandemia, quando o saldo ficou negativo em R\$ 614 milhões.

Antes disso, essas empresas tiveram balanços deficitários em 11 de 12 anos no intervalo de 2006 a 2017.

Resultado primário das estatais federais

2002	Superávit de R\$ 1,454 bilhão
2003	Déficit de R\$ 985 milhões
2004	Superávit de R\$ 44 milhões
2005	Superávit de R\$ 959 milhões
2006	Déficit de R\$ 685 milhões
2007	Déficit de R\$ 1,620 bilhão
2008	Déficit de R\$ 418 milhões
2009	Déficit de R\$ 1,609 bilhão
2010	Déficit de R\$ 624 milhões
2011	Superávit de R\$ 579 milhões
2012	Déficit de R\$ 1,056 bilhão
2013	Déficit de R\$ 544 milhões
2014	Déficit de R\$ 2,008 bilhões
2015	Déficit de R\$ 1,729 bilhão
2016	Déficit de R\$ 836 milhões

2017	Déficit de R\$ 952 milhões
2018	Superávit de R\$ 3,466 bilhões
2019	Superávit de R\$ 10,292 bilhões
2020	Déficit de R\$ 614 milhões
2021	Superávit de R\$ 3,030 bilhões
2022	Superávit de R\$ 4,754 bilhões
2023	Déficit de R\$ 656 milhões

** Não inclui grupos Petrobras e Eletrobras. Fonte: Banco Central*

Na soma de todas as estatais do país, houve déficit primário de quase R\$ 2,3 bilhões. Foi o primeiro saldo negativo desde 2016 e o pior resultado desde 2015. Em 2022, as empresas haviam tido superávit de R\$ 6,1 bilhões.



[Voltar ao índice](#)



Lula com o ex-ministro da Justiça, Flávio Dino, e o atual ministro, Ricardo Lewandowski | Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Redução de 4%

Governo deturpa gráfico e cria narrativa para se apropriar de queda nos homicídios

Por Leonardo Desideri

O governo federal apresentou, na quarta-feira (31), um balanço dos principais dados da

segurança pública no Brasil em 2023. Segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), o país teve 40.429 homicídios no ano passado, o número mais baixo desde que os dados anuais começaram a ser consolidados pela pasta, em 2010.

No evento, o agora ex-ministro da Justiça Flávio Dino e outras autoridades atribuíram a ações do atual governo a queda na violência, sem ponderar que há uma tendência de redução dos homicídios desde 2018, depois do fim da primeira era PT na Presidência da República, que se encerrou em 2016. Uma das causas sugeridas por Dino para a redução na criminalidade foi a política de desarmamento da população.

"Tivemos o fim dessa era de banalização do acesso à arma", afirmou, em referência às medidas do governo do ex-presidente Jair

Bolsonaro (PL). "É possível tecer um panorama em que nós temos a redução do armamentismo irresponsável e não temos crescimento das taxas de criminalidade violenta – pelo contrário –, rompendo definitivamente aquela suposta relação de causa e efeito em que 'mais armas, menos crimes'. Nós mostramos que é 'menos armas, menos crimes'", complementou Dino.

Na divulgação dos dados nas redes sociais, o Ministério da Justiça usou um gráfico deturpado da série histórica de número de homicídios anuais entre 2010 e 2023.

Veja a seguir como o gráfico divulgado nas redes do ministério sugere redução muito maior nos assassinatos entre 2022 e 2023 do que o gráfico real:

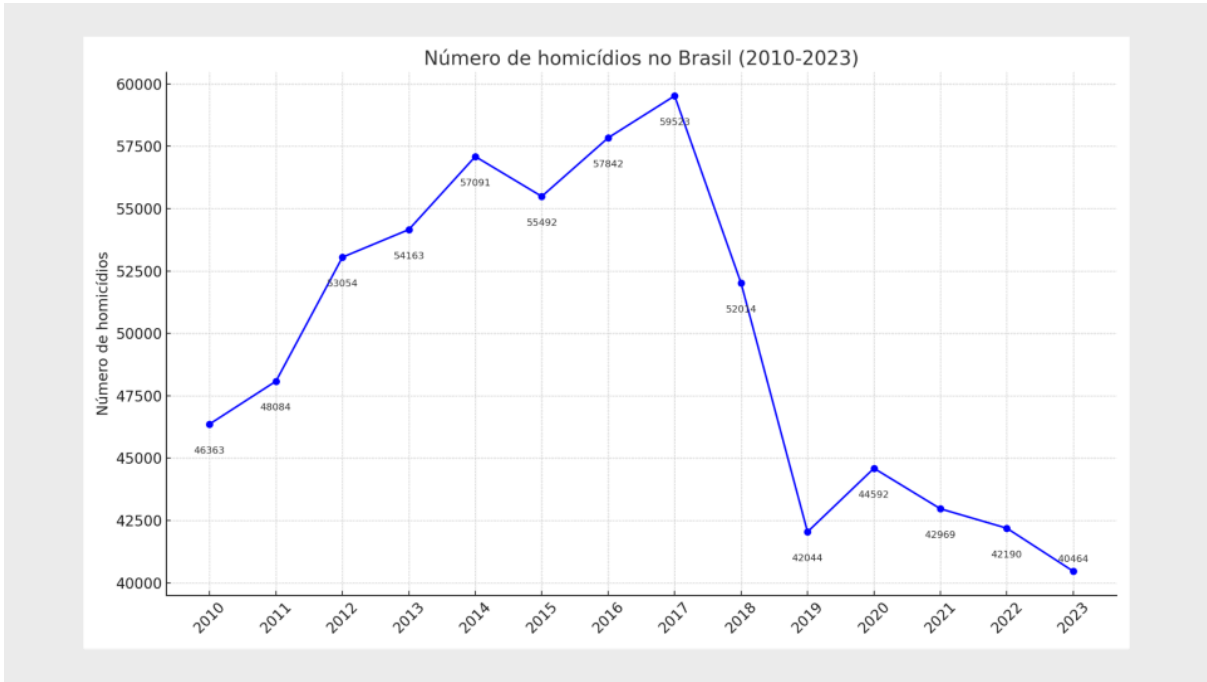


Gráfico com a representação real do número de homicídios no Brasil entre 2010 e 2023. (Fonte: Ministério da Justiça)

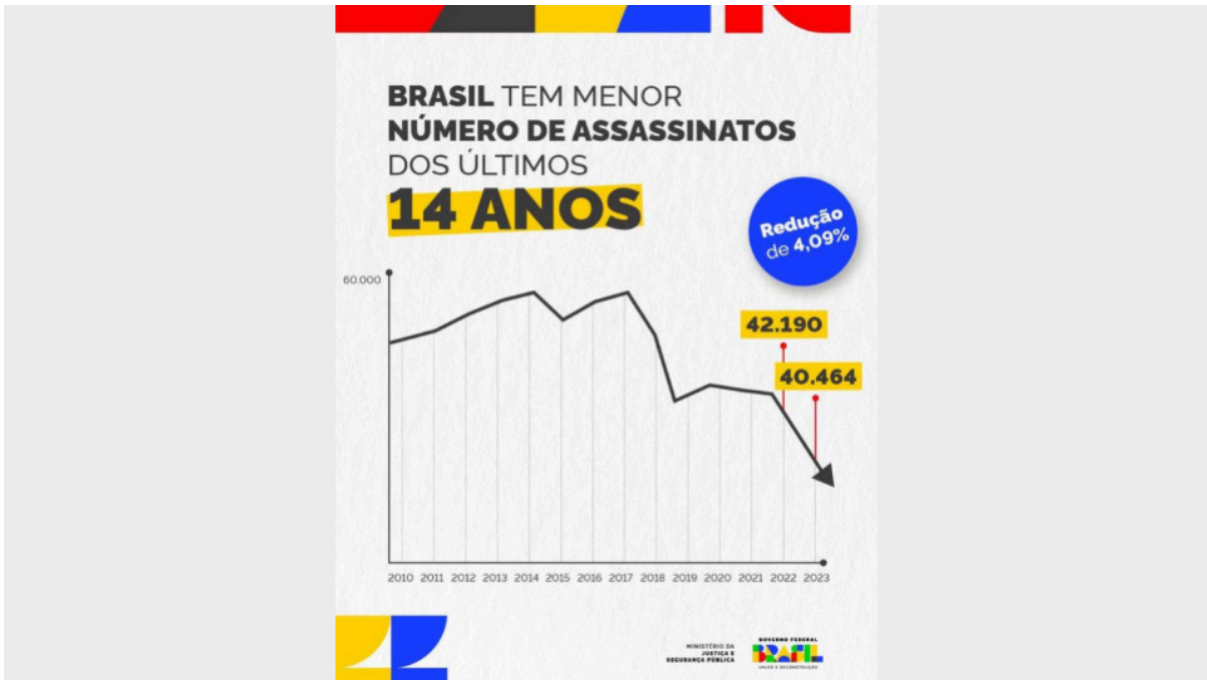


Gráfico divulgado pelo governo nas redes sociais.

A redução de 4,1% de 2022 para 2023 é muito menor do que a ocorrida de 2018 para 2019, quando a diminuição dos homicídios foi de 19,2%. Ainda assim, no gráfico do governo, as duas quedas estão representadas com dimensão semelhante. No gráfico fidedigno, a queda de 2022 para 2023 é claramente bem mais discreta do que a diminuição ocorrida de 2018 para 2019.

O jurista Fabricio Rebelo, coordenador do Centro de Pesquisa em Direito e Segurança (Cepedes), classifica a imagem usada pela gestão petista nas redes sociais como uma "manipulação gráfica" que distorce "grosseiramente sua representatividade estatística". "A representação já deixa bastante claro que o governo pretende utilizar politicamente os indicadores que agora anuncia, tentando não dar ênfase ao fato de que as maiores reduções históricas da série de

homicídios se estabeleceu no governo anterior", afirma.

Ele também contesta a ideia de que as políticas de desarmamento tenham algo a ver com a redução nos crimes. "A retórica desarmamentista se mostra integralmente ideológica, desamparada de qualquer dado científico minimamente sério, tanto que qualquer tentativa de a justificar acaba esbarrando em malabarismos estatísticos que causariam vergonha a qualquer pesquisador minimamente respeitado", diz.

Para Rebelo, uma análise objetiva da realidade sugere o oposto do que afirmou Dino. "Durante as várias fases da legislação nacional sobre armas, justamente aquelas mais permissivas ao acesso do cidadão a esses instrumentos de defesa foram as que corresponderam a menores

índices criminais, sendo igualmente verdadeira a correlação oposta", observa.

O especialista ainda destaca que uma das medidas do próprio ministro, a da exigência de recadastramento de armas junto à Polícia Federal, acabou comprovando que os equipamentos legais não caem nas mãos de criminosos. Aproximadamente 99% das armas foram identificadas por quem as possuía junto à PF, o que, para o especialista, põe em evidência "o absoluto devaneio ideológico em que consiste a tese de que armas legais abastecem criminosos".

Rebelo considera arriscado buscar fatos isolados para explicar as oscilações nos indicadores de criminalidade. Ele avalia, contudo, que é normal que a tendência iniciada em 2018 não se rompa instantaneamente com a troca de governo.

Para o especialista, várias medidas adotadas desde 2018, como "políticas e posturas públicas de enfrentamento e intolerância ao crime - rompendo com a vitimização dos criminosos", além do cerco ao narcotráfico e do "incentivo para que o cidadão pudesse se defender" - acabaram enfraquecendo as organizações criminosas e "transmitindo o recado público de intolerância ao crime". Esses movimentos, segundo ele, sempre se estabelecem em tendências, e o que se vivenciou em 2023 ainda pode ser fruto dessas políticas.

"O grave risco está, justamente, no que vem pela frente, com a inversão desse discurso e a adoção de políticas de desencarceramento, abrandamento de penas e impedimento à autodefesa. Com essa fórmula, fatalmente essa tendência de queda havida nos últimos anos começará a se inverter", alerta.

O primeiro ano de governo, na visão de Rebelo, "não apresentou uma única diretriz sequer voltada ao combate à criminalidade". Ele avalia que a pasta da Justiça esteve "perdida entre investigações de desafetos políticos e perseguição a possuidores de armas legais, o que não traz absolutamente nenhum benefício à segurança pública e não pode ser apontado como determinante de qualquer redução".

Por último, o especialista recorda que os dados do Ministério da Justiça são preliminares e que os números oficiais sobre homicídios no Brasil só serão consolidados por volta de outubro.



[Voltar ao índice](#)



Bruno Dantas e Camila Camargo: festa reuniu elite política e empresarial | Foto: Reprodução/Rodrigo Sack

Alta sociedade

Bob Marley e vinho de R\$ 15 mil: o casamento que reuniu a corte de Brasília

Por Gabriel de Arruda Castro

As colunas sociais de Brasília terão muito sobre o que escrever.

O presidente do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas, casou-se no último sábado (3) com Camila Camargo, filha de um empresário influente.

Entre os presentes estavam o vice-presidente, Geraldo Alckmin; sete ministros do STF e os governadores do Pará, Helder Barbalho, e do Rio de Janeiro, Cláudio Castro. Eles dividiram espaço com grandes empresários.

A lista incluía também o procurador-geral da República, Paulo Gonet, os irmãos Joesley e Wesley Batista, do grupo JBS, e o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay; o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad; o ex-presidente José Sarney e o senador Randolfe Rodrigues — que ganhou notoriedade ao enfrentar o grupo de Sarney no Amapá, quando ainda pertencia ao PSOL.

A lista foi publicada pelo site Poder 360.

Bob Marley e Queen no repertório

Na sexta (2), os noivos haviam se casado em uma cerimônia restrita na igreja São José, no Jardim Europa, em São Paulo.

A festa que reuniu parte da elite brasileira aconteceu no dia seguinte, no Clube Hípico de Santo Amaro.

Quando as cortinas se abriram para a entrada da noiva, a orquestra tocou a melodia da música “She”, que não é exatamente uma canção de amor e afirma que a mulher pode "transformar cada dia em um paraíso ou um inferno". Os instrumentos estavam levemente fora de sincronia. A passarela, emoldurada por arbustos verdes, sem flores.

O pai de Camila, o empresário João Camargo, trouxe a filha pela mão e não pelo braço. O secretário de Governo do Estado São Paulo, Gilberto Kassab, sorria cordialmente. Ao lado dele, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força Sindical, parecia menos animado.

Pela segunda vez em dois dias, o casal se colocou diante de um padre católico. Atrás dele, uma imagem de Nossa Senhora Aparecida, um crucifixo e uma árvore artificial enfeitada com flores brancas.

Já casados, os dois caminharam diante dos convidados enquanto se ouvia “Is This Love”, de Bob Marley, em versão instrumental.

Mais tarde, o salão se transformou em pista de dança. Um dos convidados registrou o momento em que Bruno Dantas sobe nas costas de um amigo, agita os braços e faz o sinal de paz e

amor com as mãos enquanto as luzes coloridas piscam e o DJ toca um remix de “Bohemian Rhapsody”, da banda Queen.

Não há registros de Gilmar Mendes e sua esposa, Guiomar, bailando.

Quem é Bruno Dantas

O baiano Bruno Dantas é um dos membros mais midiáticos do TCU.

Ele tem um currículo sólido: é doutor em direito pela PUC (Pontifícia Universidade Católica) de São Paulo, com pós-doutorado na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Em 2003, chegou ao Senado Federal depois de ser aprovado para o cargo de consultor legislativo, em um dos concursos mais concorridos do país. Mas Dantas também é hábil no manejo político. Com um sorriso constante, bons modos e a

preocupação de não se indispor com ninguém, ele segue à risca o mandamento de nunca assumir ideias ousadas ou que possam soar controversas, e prefere ajeitar a vela para se aproveitar dos tempos do momento e de cultivar uma boa imagem — o que o fez estabelecer uma relação próxima com o universo de políticos, magistrados, burocratas e jornalistas na capital federal.

Entre 2007 e 2011, Dantas foi consultor-geral do Senado. Ele chegou ao TCU em 2014, por indicação dos próprios senadores. Seu salário é de quase R\$ 40 mil, sem contar os penduricalhos.

No site do TCU, a notícia de que Dantas foi eleito para a presidência da Corte é acompanhada por uma fotografia que mostra o ministro sentado à sua mesa, folheando a Constituição como se o fotógrafo o tivesse flagrado em um momento

espontâneo de estudo. Em outubro do ano passado, ele criou uma certa “Diretoria de Fiscalização de Políticas de Equidade e Direitos Humanos” no TCU.

Bruno Dantas chegou a ficar noivo da cantora Vanessa da Mata, mas a união se desfez em 2020, antes do casamento.

Na mesma época, ele teria mais com o que se preocupar: o ministro do TCU foi citado na delação do ex-governador Sérgio Cabral, em 2021. Segundo o ex-governador do Rio de Janeiro, Dantas recebeu uma mesada de R\$ 100 mil de um empresário carioca. A delação foi anulada no mesmo ano pelo STF, que viu problemas jurídicos no processo. Em 2023, o ex-governador se retratou da acusação.

Dantas, de 45 anos, foi citado como um dos possíveis indicados do presidente Lula ao STF.

Cardápio requintado

Alguns detalhes do casamento de Bruno Dantas foram registrados por empresas contratadas para a cerimônia.

A L'Épicerie Produções Culinárias, responsável pelos doces, aproveitou para divulgar os seus serviços em sua página no Instagram. Um dos vídeos mostra um "croque en bouché", descrito como "umas das sobremesas mais clássicas francesas".

Eis a receita: “Uma torre de Carolinas, nougatine, recheio de Gianduia e fios de Caramelo!!!! Regado a uma densa calda de chocolate quente!!!!”. Depois das múltiplas exclamações, a publicação exclama de novo: “Um luxo!”

A L'Épicerie , que usa a palavra "wedding" em vez de "casamento", também elogiou o pai da noiva por ter providenciado um vinho francês de alto padrão: "Esse Chateau D'y Quem 2007 foi literalmente a cereja do bolo desse wedding MUITO Mara de ontem".

Uma garrafa de 1,5 litro do vinho francês custa cerca de R\$ 15 mil. Para o casamento de Bruno Dantas e Camila Camargo, o pai da noiva encomendou uma raríssima garrafa de 15 litros.

A empresa “Shakers” ficou a cargo do bar. Os atendentes, incluindo alguns dos poucos negros presentes à festa, vestiam terno branco e gravata borboleta preta. Uma das bebidas preparadas na festa era o “basil martini guarnecido com lavanda fresca”. "Basil" é manjericão em inglês.

A lista de prestadores de serviço é longa. Karina Costa planejou a cerimônia. Bia Aydar cuidou da festa. O fotógrafo era Rodrigo Sack (que também faz "weddings" em vez de casamentos). A filmagem de Vinicius Credidio. O penteado da noiva feito por Marcos Proença. O paisagismo de Vic Meirelles. A iluminação da Ambiente Lighting.

Noiva de família influente

O pai da noiva é dono de uma grande gestora de investimentos e sócio da CNN Brasil e da BandNews FM.

Ele é formado em Administração de Empresas pela PUC de São Paulo.

Em 2021, João Camargo criou o Esfera Brasil, que se apresenta ora como uma empresa, ora como um think tank dedicado à promoção da democracia.

"Apoiamos o capitalismo de stakeholder, o ESG, a Diversidade, a Equidade e a Inclusão", diz a página oficial da entidade. O conselho consultivo do grupo tem a participação de Lucilia Diniz, do grupo Pão de Açúcar.

Assim como o Grupo Lide, do ex-governador João Doria, o Esfera Brasil promove grandes eventos que juntam empresários com autoridades da República.

Camila, formada em publicidade pela FAAP, é a CEO do Esfera Brasil.

O sogro de Bruno Dantas circula com frequência pelos gabinetes de Brasília. Há dois meses, João e a mulher se reuniram com o ministro do STF André Mendonça.

"Acompanhada do meu marido João Camargo levamos a pauta da Esfera Brasil pedindo cada vez mais a segurança jurídica e os princípios

básicos da garantia da democracia", escreveu Ana Lucia Suplicy Funaro, em uma publicação no LinkedIn.

Na antevéspera do casamento, a noiva e o pai estiveram com Gilmar Mendes e o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, em um almoço em homenagem ao procurador-geral Paulo Gonet.

"Prestigiado por ministros dos Três Poderes e figuras-chave do cenário político um dia antes da abertura do Ano Judiciário de 2024, Gonet aproveitou a ocasião para reforçar que irá conduzir a PGR no trilho do respeito aos valores da democracia, o respeito aos valores constitucionais da convivência, o respeito aos valores da ecologia e os valores do progresso", disse Camila, em seu perfil no LinkedIn.

O casamento deve garantir alguns dias de descanso a Bruno Dantas, além dos 60 dias de férias a que tem direito.

Não que ele já não tenha o costume de viajar.

Como mostrou o colunista da Gazeta do Povo Lúcio Vaz, ele passou 46 dias no exterior apenas nos primeiro cinco meses de 2023. No período, as viagens custaram R\$ 1,1 milhão aos cofres públicos.



[Voltar ao índice](#)

PARA SE APROFUNDAR

- [Fila de CPIs pode travar investigação do STF na Câmara](#)
- [Governo quer reformar setor elétrico para baixar conta de luz; mercado livre é um dos alvos](#)
- [Obrigar hospital católico a aplicar contracepção fere liberdade de consciência](#)
- [É hora de pôr um freio nos carros elétricos](#)
- [Vulgaridade e ostentação no topo das paradas: o que aconteceu com a música brasileira](#)
- [Milícia do país mais pobre do Oriente Médio vira entrave para os maiores exércitos do mundo](#)

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Daliane Nogueira e Marcela Mendes. Estagiária: Jéssica Lopes. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice